

política de desenvolvimento produtivo

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

política de desenvolvimento produtivo

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Brasília, agosto de 2009

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Presidente: Armando de Queiroz Monteiro Neto

Diretoria Executiva - DIREX

Diretor: José Augusto Coelho Fernandes

Diretor de Operações: Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor de Relações Institucionais: Marco Antonio Reis Guarita

A CNI agradece as contribuições de associações setoriais (resumidas em anexo nas páginas 37/51) e de federações estaduais de indústria.

© 2009. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Unidade de Competitividade Industrial – COMPI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748p

Confederação Nacional da Indústria

A política de desenvolvimento produtivo: avaliação e perspectivas:
versão para discussão no Fórum Nacional da Indústria / Confederação
Nacional da Indústria. – Brasília, 2009.

52 p.

1. Desenvolvimento 2. Produção 3. Produção - Incentivo I. Título

CDU: 65

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

sumário

avaliação e perspectivas	7
1 um ano depois	9
1.1 Implementação da PDP é marcada por assimetrias	10
2 execução das macrometas no contexto da crise	13
2.1 Aumento da taxa de investimento	14
2.2 Elevação do dispêndio privado em P&D	17
2.3 Ampliação da participação das exportações brasileiras no comércio mundial	19
2.4 Ampliação do número de MPES exportadoras	21
3 aprimorando a agenda de competitividade	23
3.1 Reformulação do sistema tributário	24
3.2 Adaptação e necessidade de capital de giro	24
3.3 O uso do poder de compra	25
3.4 Avançar nos marcos regulatórios setoriais	26
3.5 Melhorar o ambiente de negócios	26
4 contribuições da indústria para uma nova agenda	27
4.1 Diretrizes para o aprimoramento da PDP	27
4.2 Ações propostas para fortalecer a política industrial	29
4.2.1 Tributação	29
4.2.2 Financiamento	29
4.2.3 P&D e inovação	30

5	resumo da política de desenvolvimento produtivo	31
6	principais medidas da política de desenvolvimento produtivo	33
7	avaliação da política de desenvolvimento produtivo em setores selecionados da indústria	37
7.1	Máquinas e equipamentos	37
7.2	Higiene, perfumaria e cosméticos	38
7.3	Têxtil e confecção	39
7.4	Autopeças	42
7.5	Automobilística	42
7.6	Indústria alimentícia	43
7.7	Papel e celulose	44
7.8	Elétrico e eletrônico	46
7.9	Química	47
7.10	Química fina	49
7.11	Indústria ferroviária	50

avaliação e perspectivas

A PDP representa avanço

A PDP foi bem recebida pela indústria no lançamento. Os pontos altos foram o foco nas questões relacionadas à produção, a articulação institucional e a diversidade dos instrumentos mobilizados.

Assimetrias na implementação

As medidas relativas às questões tributárias tiveram implementação rápida. A agenda de financiamento evoluiu, com o apoio do BNDES. Em contrapartida, os programas estruturantes, com foco setorial, avançaram pouco. O poder de compra governamental, a regulação e o apoio técnico não avançaram.

Crise impacta a PDP

A crise reverteu as perspectivas de crescimento que orientaram a formulação da PDP e comprometeu a consecução das metas de investimento, de inovação e de exportações de micro e pequenas empresas.

Uma PDP para os novos tempos

O novo cenário requer instrumentos para elevar a demanda e aumentar a competitividade da indústria. O documento aponta para quatro caminhos: reforço da agenda estruturante; adaptação dos instrumentos financeiros; regime fiscal para a competitividade; e aprimoramento do apoio à P&D e à inovação.

1 um ano depois

A PDP foi bem recebida pela indústria brasileira por duas razões: em primeiro lugar, por representar um avanço significativo em relação à experiência recente de política industrial, com destaque para a abrangência setorial e os instrumentos mobilizados; e em segundo lugar, por constituir um esforço de articulação e coordenação institucional que mobiliza e compromete diversas esferas da administração pú-

blica federal na formulação e implementação de um conjunto de medidas e instrumentos de política.

O lançamento da PDP ocorreu em período de forte expansão da economia brasileira e mundial. O cenário, no entanto, foi fortemente alterado no fim de 2008 e as medidas propostas, embora caminhassem na direção correta, mostram-se agora insuficientes para a obtenção das metas estabelecidas.

É necessário dar novo impulso à agenda de competitividade da economia combinando três dimensões:

- 1 A primeira é **acelerar a implementação das medidas já propostas na PDP**, como é o caso do uso do poder de compra do Estado.
- 2 A segunda é **criar medidas complementares para impulsionar a competitividade da indústria**, explorando o amplo potencial remanescente de desoneração tributária das exportações e dos investimentos e avançando nas ações microeconômicas para a melhoria do ambiente de negócios.
- 3 A terceira é composta de **medidas emergenciais de adaptação direta à crise**, como a expansão das linhas de financiamento para capital de giro e o fortalecimento da demanda interna.

Um ano após o anúncio da PDP, é o momento de proceder a sua avaliação, focando a efetividade da implementação das medidas propostas e sua eficácia. É o momento também de rever as metas adotadas e de re-

avaliar as ações previstas¹, tendo em vista a profunda modificação do cenário da economia mundial e brasileira ocorrida poucos meses após o lançamento dessa política.

1.1 IMPLEMENTAÇÃO DA PDP É MARCADA POR ASSIMETRIAS

A análise da implementação das medidas propostas pela PDP revela um quadro marcado por assimetrias. Partindo dos três níveis de política que orientam sua arquitetura, o panorama de momento é o seguinte:

As **ações de natureza sistêmica** apresentam maior grau de implementação. A maior parte das medidas dessa vertente de ações é de natureza tributária e foi implementada simultaneamente ao lançamento da PDP.

As ações relacionadas aos **desafios estratégicos**, à exceção daquelas relativas às exportações e às micro e pequenas empresas, foram apenas pontuais.

O ritmo de implementação dos Programas Estruturantes é muito desigual e reflete basicamente a capacidade de mobilização dos diferentes segmentos

industriais. No plano geral, as ações de natureza seletiva da PDP não chegam propriamente a caracterizar programas estruturantes para sistemas produtivos. Há exceções, como os casos das indústrias naval e de fármacos, em que a PDP explicita objetivos de ampliação de conteúdo local e desenvolvimento tecnológico conjunto entre clientes e fornecedores. Mas também aqui a assimetria na implementação das medidas aparece: impulsionado pelos investimentos da Petrobras, a produção do setor naval avança, ao passo que o desenvolvimento da indústria farmacêutica ainda não contou com o apoio do uso do poder de compra do Ministério da Saúde.

Partindo da tipologia adotada na PDP quanto à natureza dos instrumentos de política, os **instrumentos de incentivo** apresentam o maior grau de

1. Uma listagem sintética das principais medidas adotadas até o momento aparece em anexo nas páginas 31/36.

implementação, em contraste com o **poder de compra governamental**, os **instrumentos de regulação** e o **apoio técnico**.

Os instrumentos de natureza tributária, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda, foram, em sua maioria, implementados simultaneamente ao lançamento da PDP (MP 428/08 transformada na Lei 11.774/08) e contêm a maior parte das medidas de natureza fiscal anunciadas pela PDP.

O BNDES, responsável pela maioria dos incentivos financeiros anunciados, tem sido ágil na reformulação e na ampliação de suas linhas de financiamento. Não obstante, ainda encontra dificuldades operacionais para entrar em novos nichos, como o crédito e o capital de risco para a inovação nas empresas. Nessa área, é lenta a contratação de novas operações, particularmente em algumas das modalidades recém-criadas, e os desembolsos, embora crescentes, permanecem distantes

do volume de recursos disponíveis para essas linhas de financiamento.

Os demais instrumentos, além de serem por natureza de implementação mais complexa, têm se ressentido da lentidão da ação e de problemas de coordenação entre órgãos governamentais. O esforço de articulação e coordenação institucional, considerado como ponto forte pelos empresários no anúncio da PDP, tem se mostrado, um ano depois, como o elo fraco na implementação das medidas da PDP.

A agenda voltada à regulação e ao apoio técnico avançou pouco. Não há registro de medida de regulação econômica, sanitária ou concorrencial com impactos positivos substanciais à produção industrial no último ano. A agenda de apoio técnico também se move com dificuldade. Na agenda de serviços tecnológicos, que envolve metrologia e normalização, não houve avanços substanciais.

2 execução das macrometas no contexto da crise

A avaliação dos resultados da PDP deve ter como referência o fato de que a nova política se deparou, logo nos primeiros meses de implementação, com uma mudança significativa do cenário econômico que marcou

sua elaboração. Essa mudança limita a eficácia das medidas adotadas e compromete suas metas. Não se dispõe ainda de uma avaliação precisa da eficácia e do impacto das medidas implementadas.

Cabem, no entanto, algumas indicações, que são apresentadas tendo como referência as macrometas formuladas pelo PDP:

- Aumento da taxa de investimento.
- Ampliação da participação das exportações brasileiras no comércio mundial.
- Elevação do dispêndio privado em (P&D) Pesquisa e Desenvolvimento.
- Ampliação do número de (MPEs) micro e pequenas empresas exportadoras.

2.1 AUMENTO DA TAXA DE INVESTIMENTO

As medidas propostas na PDP têm como foco a redução do custo de máquinas e equipamentos e a melhoria nas condições de financiamento à aquisição desses bens. No contexto da crise atual, a redução da taxa de investimento não decorre das condições da oferta de bens de capital, mas das perspectivas das empresas em relação aos mercados doméstico e externo e do nível de utilização da capacidade instalada. A probabilidade de cumprimento da meta é muito baixa.

A maior parte dos incentivos, notadamente aqueles de natureza tributária e financeira, está voltada para expansão do investimento e da produção.

No lançamento da PDP, o PIB crescia a uma taxa anual que ultrapassava 6% ao ano e a desoneração tributária proposta se mostrava adequada para estimular a expansão do investimento, de forma que a participação da formação bruta de capital fixo (FBKF) no PIB atingisse 21% em 2010. A questão que se coloca é se os instrumentos de desoneração tributária são suficientes ou precisam ser complementados nesse atual contexto para atingir a meta.

Não é de se esperar que os estímulos concedidos na PDP sejam suficientes para compensar o efeito da crise sobre as decisões de investir das empresas que já reduziu em 25% o faturamento anual do setor de bens de capital no primeiro quadrimestre de 2009 (valores reais da Abimaq). Assim, há claros sinais de que a meta de investimento estabelecida pela PDP não será alcançada.

É verdade que, a partir de dezembro, as iniciativas da PDP foram reforçadas por medidas diretamente voltadas para o enfrentamento da crise. São, no entanto, medidas com foco restrito a poucos setores industriais.

Taxa de investimento cai no Brasil quando o PIB cresce menos de 3% a.a.

Em 2008, a FBKF cresceu 13,8%, um ritmo quase três vezes superior à média da economia (5,1%) e a relação

FBKF/PIB cresceu 1,5 ponto percentual, atingindo 18,9%. Ressalte-se que o percentual poderia ter sido ainda

maior, não fosse o resultado desfavorável do quarto trimestre de 2008, quando os efeitos da crise financeira eclodiram sobre a economia brasileira. No terceiro trimestre, quando a economia ainda estava em ritmo de forte crescimento econômico (6,3% em termos anualizados), a relação FBKF/PIB chegou a 20,5%. No contexto pré-crise financeira, portanto, a meta de investimento poderia ser atingida ainda em 2009, se não houvesse nenhuma inflexão do ritmo de crescimento.

Mas o contexto mudou. Não há previsão de crescimento econômico em 2009, o que afeta muito fortemente a disposição dos empresários para investir. Dos componentes internos do

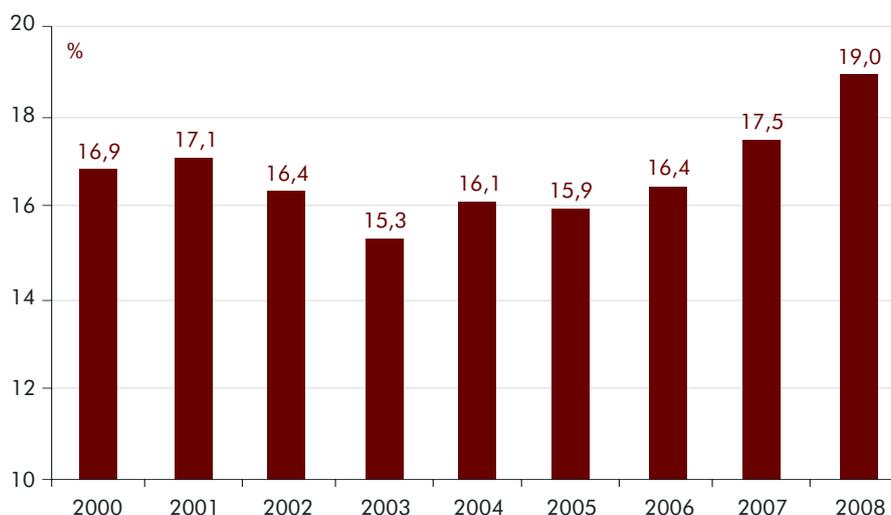
PIB (que incluem também o consumo das famílias e os gastos do governo), o investimento é o mais volátil: lidera a expansão em períodos de prosperidade, mas também é o que mais se retrai em períodos de perda de atividade.

A comparação entre as taxas anuais de variação do PIB e as da Formação Bruta de Capital Fixo nos últimos 16 anos revela a maior volatilidade da FBKF em relação à média da economia. Nota-se adicionalmente que quando o PIB cresce acima de 5%, a FBKF cresce à taxa de dois dígitos, ou seja, os investimentos crescem aproximadamente o dobro do PIB.

Quando o PIB cresce entre 3% e 5%, a FBKF cresce sempre acima do PIB,

TAXA DE INVESTIMENTO

Formação Bruta de Capital Fixo em proporção do PIB



Fonte: Contas Nacionais / IBGE

o que indica expansão da taxa de investimento da economia. Mas quando o PIB cresce a uma taxa inferior a 3%, a taxa de variação da FBKF é inferior a 3% e, não raramente, é negativa. Ou seja, as Contas Nacionais sugerem que a taxa de investimento tende a cair quando a economia cresce a um ritmo inferior a 3%.

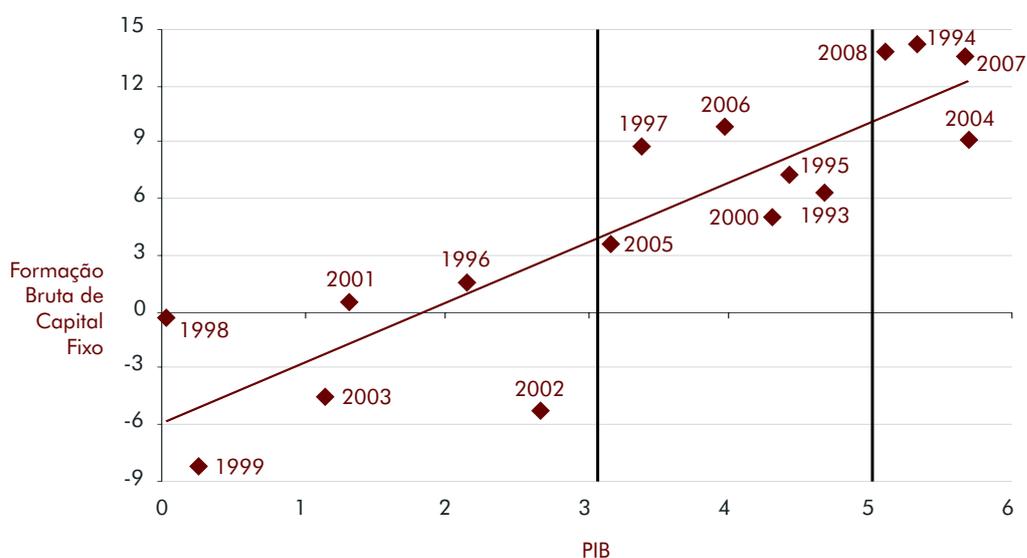
Em 2009, as perspectivas são de ausência de crescimento do PIB (0%), logo de variação negativa da FBKF e

de queda da taxa de investimento. Ou seja, a taxa de investimento deve recuar para menos de 19% do PIB em 2009, o que torna difícil alcançar a meta de 21% do PIB em 2010.

Em suma, para atingir a macrometa de investimento é necessária a implementação de medidas adicionais, com o intuito de mitigar os efeitos da crise econômica sobre a demanda interna, de forma a que as empresas possam manter a disposição em investir.

PIB E FBKF

Taxas anuais de variação real do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: Contas Nacionais / IBGE

2.2 ELEVAÇÃO DO DISPÊNDIO PRIVADO EM P&D

A política de incentivo à inovação e à realização de P&D pelo setor privado foi reformulada pelas Leis 10.973/04 (“Lei de Inovação”) e 11.196/05 (“Lei do Bem”). As empresas industriais reagiram positivamente àquela legislação, o que resultou em crescimento dos dispêndios do setor privado em P&D. Do ponto de vista dos incentivos de natureza tributária, a PDP avança pouco em relação à legislação anterior. Além disso, em períodos de retração da atividade econômica, há possibilidades concretas de redução de despesas com P&D, o que coloca em risco a obtenção da meta.

Os dados de dispêndio do setor empresarial em P&D são disponibilizados com muita defasagem. Desse modo, ainda não existem informações sobre a evolução desse indicador proposto desde o lançamento da PDP. A fonte principal da informação é a Pesquisa de Inovação Tecnológica, do IBGE, que tem disponíveis os resultados de 2005 como os mais recentes.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) estima os dispêndios empresariais em P&D para os anos de 2006 e 2007, que são também anteriores ao lançamento da PDP e portanto não é possível fazer inferências sobre a tendência desse indicador resultante da política.

Ainda assim, é possível afirmar que os gastos privados com P&D estão crescendo mais depressa do que PIB desde 2005, revertendo trajetória do período anterior, como pode ser visto no gráfi-

co. A aprovação da “Lei de Inovação” e da “Lei do Bem”, efetivas a partir de 2005, representou um incentivo aos dispêndios do setor privado em P&D porque ampliaram os incentivos fiscais e tornaram automática sua utilização.

A principal medida tributária da PDP nessa macrometa foi a depreciação integral no próprio ano da aquisição de novos equipamentos e instrumentos utilizados em P&D na apuração do IRPJ e da CSLL (Art. 4 da Lei nº 11.774/2008). Adicionalmente, o BNDES criou novas linhas de financiamento e de capitalização e reforçou linhas já existentes ampliando o volume de recursos disponíveis para o investimento em P&D das empresas. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico e a elevação dos níveis de utilização da capacidade instalada estimularam os empresários a investir em novos produtos e em novos processos mais eficientes de produção.

Desse modo, a julgar pelo período 2005/07, a meta de elevar o gasto privado em P&D para 0,65% do PIB em 2010 teria grandes chances de ser alcançada. Outra indicação positiva é o fato de o BNDES ter desembolsado cerca de 80% mais recursos em 2008 com relação a 2007 no conjunto das linhas direcionadas à inovação.

No entanto, o cenário se alterou, o que põe em risco a obtenção da meta. Em períodos de fraca atividade econômica, como ocorreu entre 2002 e 2003, os dispêndios em P&D caíram como proporção do PIB. Com a restrição no faturamento, as empresas iniciam um

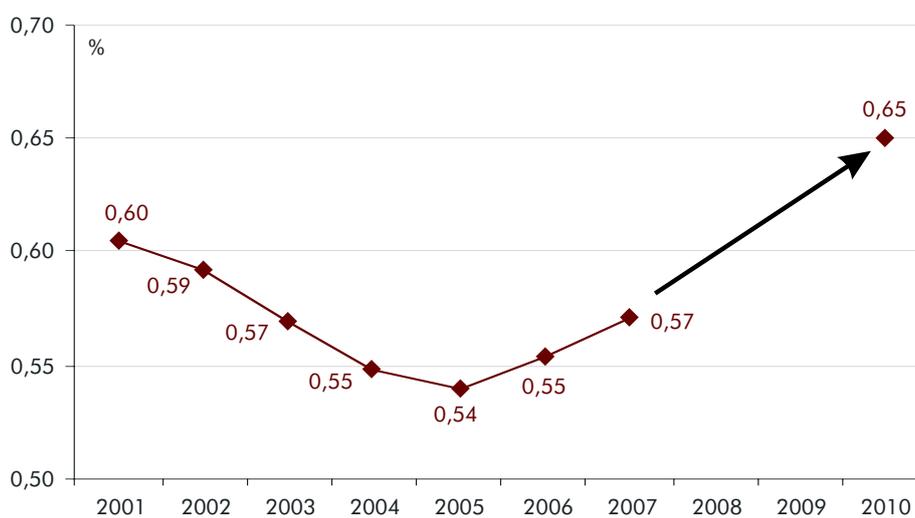
movimento de redução de custos que pode atingir os centros de P&D.

Outra indicação preocupante é o fato de que em 2008 a contratação de novas operações nas linhas de inovação do BNDES diminuiu mais de 10% em relação a 2007. Esse descompasso entre a contratação – que sinaliza projetos futuros – e o desembolso – que reflete o andamento de projetos passados – sugere que pode estar acontecendo uma quebra de tendência na demanda por investimentos em P&D e inovação.

No caso da subvenção econômica à P&D e à inovação, o impacto tem sido

DISPÊNDIO PRIVADO EM P&D

Em proporção do PIB



Fonte: MCT

afetado, notadamente nas pequenas e médias empresas. Isso é reflexo da complexidade das exigências e dos prazos restritos dos seus editais, bem como da limitada abrangência dos setores priorizados, o que acarreta a exclusão de segmentos críticos para o desenvolvimento tecnológico do país, como, por exemplo, o de máquinas e equipamentos.

Nesse contexto, para evitar uma possível redução dos gastos em P&D, são necessárias medidas complementares às anunciadas na PDP, que intensifiquem os benefícios fiscais para a inovação, como desonerações adicionais para a aquisição de máquinas, equipamentos e serviços ligados à atividade de inovação.

2.3 AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO MUNDIAL

Única das metas em que há possibilidades reais de cumprimento. Alguns instrumentos da PDP, com destaque para a introdução do *drawback* verde-amarelo, estão em sintonia com o estímulo às exportações brasileiras, que já estavam crescendo mais do que a média mundial. Com a crise, os resultados preliminares apontam para uma queda mais intensa das exportações no resto do mundo do que no Brasil, o que sinaliza cumprimento da meta.

As exportações em 2008 totalizaram US\$ 197,9 bilhões. O crescimento das exportações na comparação com o

ano anterior, 23,2%, supera, e muito, o crescimento anual médio perseguido na PDP, de 9,1%.

Cabe destacar como medidas de fortalecimento das exportações:

- A introdução do *drawback* verde-amarelo, que suscitou resposta favorável das empresas e já incide sobre 2% das exportações.
- A adoção de medidas de simplificação dos processos administrativos associados às exportações.

As exportações brasileiras cresceram a um ritmo superior ao estimado para o comércio mundial: segundo projeções da OMC, o crescimento do comércio mundial em 2008 foi de 15,8%, atingindo US\$ 15 trilhões. Com isso, a participação brasileira no comércio mundial alcançou 1,25% já em 2008². Em outros termos, o desafio agora é manter o resultado de 2008, visto que o Brasil já atingiu a meta traçada para 2010.

Com a queda no PIB e comércio mundiais, o nível de preços de *commodities* em 2009 se manterá muito abaixo do observado em 2008, sobretudo em seu início. Devido à grande participação de *commodities*, as exportações brasileiras são ainda mais sensíveis a esse cenário. O primeiro trimestre do ano revelou que os efeitos da crise mundial foram muito intensos sobre o comércio

externo brasileiro. No primeiro trimestre de 2009, as exportações recuaram 19% na comparação com o primeiro trimestre de 2008.

A redução média das economias mundiais, por sua vez, foi ainda mais intensa. Segundo as previsões do FMI, o PIB mundial deverá recuar 1,3% em 2009 e o comércio mundial cerca de 26%. O total exportado no mundo exibirá melhora apenas em 2010, quando deverá crescer 3,7% e atingir US\$ 12,1 trilhões.

Considerando estas hipóteses, o Brasil deveria exportar em 2010 cerca de US\$ 151,2 bilhões para atingir a meta. A previsão da CNI para as exportações em 2009 é de US\$ 157 bilhões, o que representará 1,29% das exportações mundiais, excedendo a meta da PDP que é de 1,25%.

2. O melhor resultado das exportações brasileiras, relativamente às exportações mundiais, deve-se ao desempenho das *commodities*. Os produtos manufaturados, por sua vez, foram mais afetados pela contração do comércio mundial. Na comparação do primeiro semestre de 2009 com o mesmo período de 2008 as exportações brasileiras de produtos manufaturados caíram 31,1% em dólares nominais, o dobro dos 15% do restante das exportações (sendo 8,2% para os básicos e 27,5% para os semi-manufaturados, segundo dados do MDIC).

2.4 AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MPES EXPORTADORAS

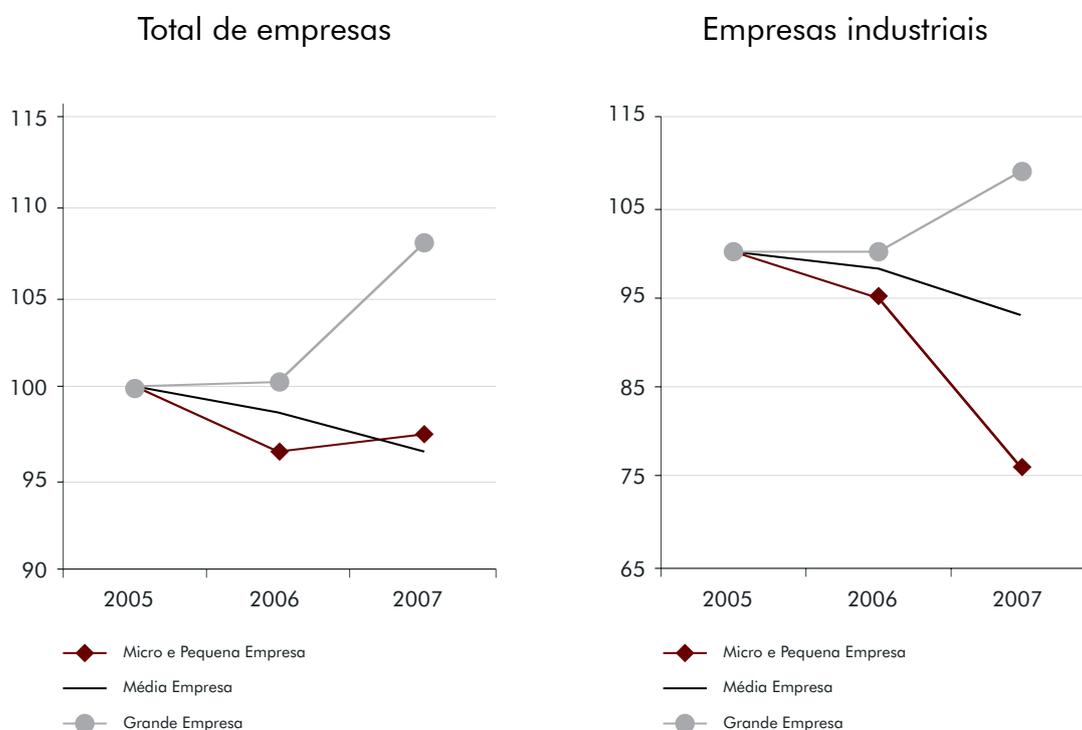
Nessa área surgiram várias iniciativas que incluem medidas de natureza tributária e financeira, bem como ações voltadas para a facilitação do comércio exterior e a capacitação das MPEs para exportar. Contudo, as medidas e incentivos adotados são insuficientes para, a médio prazo, reverter o efeito da crise sobre as vendas externas ou induzir o aumento do número de MPEs exportadoras.

A quarta macrometa da Política de Desenvolvimento Produtivo é aumentar em 10% o número de micro e pequenas empresas (MPEs) exportadoras³ com relação a 2006, quando havia 11.792 dessas empresas. O

objetivo é, portanto, alcançar 12.971 MPEs em 2010.

Em 2007, último dado divulgado pelo MDIC, o número de MPEs exportadoras alcançou 11.919 (127 empresas

NÚMERO DE EMPRESAS EXPORTADORAS, TOTAL E EMPRESAS INDUSTRIAIS, 2005/07, 2005=100



3. Assim consideradas as empresas industriais com até 40 empregados e exportações até US\$ 3,5 milhões e empresas comerciais e de serviço com até 30 empregados e exportações até US\$ 1,5 milhões.

a mais). Para se atingir a meta proposta o crescimento anual deverá ser de 2,9% anuais entre 2008 e 2010, que é menor do que a média de crescimento de MPEs exportadoras entre 2003 e 2007, de 5,9%. Essa meta poderia ser até considerada conservadora quando lançada.

Contudo, a diferença entre as empresas exportadoras de maior porte (sobretudo as grandes) e as MPEs está aumentando desde 2005, como pode ser visto no gráfico. A diferença é ainda mais pronunciada quando se consideram apenas as empresas in-

dustriais, que se reduziram em quase um quarto entre 2005 e 2007.

A crise internacional em curso deverá prejudicar ainda mais a obtenção desta meta. Isso porque as empresas de pequeno porte são mais dependentes do crédito público para exportar e o crédito, sobretudo para exportação, se tornou mais escasso e caro.

De qualquer forma, a tendência atual é contrária à meta, de forma que incentivos, sobretudo por meio de instrumentos de crédito, devam ser ampliados.

3 aprimorando a agenda de competitividade

O aniversário da PDP constitui uma oportunidade não apenas para um balanço de seus resultados e dos problemas identificados em sua implementação, mas também para uma reflexão sobre seu futuro. Reconhecendo que a crise é ampla e que seus efeitos deverão se estender por todo o horizonte temporal da PDP, é importante proceder a uma revisão ampla do programa adotado, procurando definir uma política articulada de resposta à crise.

Não apenas as metas são passíveis de revisão. De um lado, a atualidade das medidas propostas pela PDP deve ser reavaliada. De outro lado, existem novas demandas do sistema produtivo que precisam ser incorporadas de forma articulada à política industrial do país. Considerem-se, por exemplo, as iniciativas de natureza tributária da PDP.

As medidas voltadas ao estímulo ao investimento e à expansão da capa-

cidade produtiva, como já se assinalou, são afetadas pela fase atual do ciclo econômico. Algumas dessas iniciativas, como a desoneração do investimento, estão entre as principais demandas do sistema produtivo brasileiro na área fiscal. Mas ainda há um longo caminho para a superação da irracionalidade e das distorções do sistema tributário vigente no país. As soluções foram construídas sob a expectativa de que a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional respondesse a essa demanda. Hoje, há dúvidas sobre a evolução dessa agenda de reformas.

Contudo, a própria crise torna o ônus imposto às empresas pelas distorções do atual regime tributário ainda mais penoso. As perdas decorrentes das dificuldades enfrentadas por muitas empresas no ressarcimento de tributos federais e estaduais incidentes em etapas anteriores da cadeia produtiva são emblemáticos quanto a esse ônus. A desoneração fiscal dos

incentivos da PDP é pouco expressiva quando comparada a essas perdas. Se, por um lado, as linhas de financiamento previstos na PDP aportam recursos públicos ao setor privado, de outro, a demora ou mesmo a impossibilidade de obter esse ressarcimento de tributos corresponde a um finan-

ciamento compulsório da União e dos Estados por parte das empresas, subtraindo recursos do setor privado.

É urgente, portanto, reforçar a agenda de competitividade, o que envolveria ao menos algumas dimensões críticas:

3.1 REFORMULAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Uma reformulação, ainda que parcial, do sistema tributário vigente, que procure mitigar suas principais distorções, constitui hoje a ação sistêmica mais relevante para minorar o impacto da crise sobre o sistema produtivo do país e assegurar sua competitividade em uma futura retomada do crescimento da economia mundial.

Muitas das reformas necessárias podem ser introduzidas por legislação infraconstitucional e mesmo por atos normativos infralegais na esfera fe-

deral. No entanto, parcela significativa dessas distorções é causada por regras tributárias estaduais (é o caso dos créditos acumulados do ICMS das empresas exportadoras). Sua correção depende, portanto, da iniciativa do Governo Federal junto às administrações estaduais.

Esse é um caminho que resolve, simultaneamente, os problemas estruturais de competitividade na indústria e aumenta a liquidez das empresas, em especial neste momento de crise.

3.2 ADAPTAÇÃO E NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Os incentivos de natureza financeira devem levar em consideração a nova realidade decorrente da crise econômica. Por exemplo, apesar da necessidade de capital de giro experimenta-

da pelas empresas em um contexto de contração do crédito, a linha de capital de giro do BNDES, porque associada a 30% do investimento financiado, perde efetividade quando os investimentos

se contraem (como evidenciado pela redução da demanda por recursos do programa Revitaliza).

É fato que iniciativas relacionadas à ampliação da oferta e à modificação de condições de financiamento dos bancos públicos (em especial do BNDES) têm procurado responder aos efeitos da crise. Entre setembro de

2008 e março de 2009, as operações de crédito dos bancos privados ficaram praticamente estagnadas enquanto que as do BNDES cresceram 16% e a dos demais bancos públicos 20%. Ainda assim, é fundamental que o programa de financiamento proposto pela PDP, como um todo, seja reavaliado nessa perspectiva.

3.3 O USO DO PODER DE COMPRA

A PDP previa o uso do poder de compra governamental, tanto da administração direta quanto das empresas estatais, como uma das quatro categorias de instrumentos. O aperfeiçoamento nessas regras serviria para eliminar distorções que prejudicam os fabricantes nacionais frente às importações e também para promover a capacitação e a competitividade de elos relevantes da cadeia de inovação, facilitando o trânsito da produção científica para o mercado. Seguindo tradição longamente estabelecida em países desenvolvidos, particularmente nos EUA, as compras governamentais são parte integrante da política industrial e de inovação para vários setores nos quais o setor público representa parcela expressiva da demanda.

No caso brasileiro, esse instrumento é previsto ao menos em três áreas importantes: saúde, bioenergia e defesa. No entanto, o reordenamento do poder de compra governamental foi praticamente esquecido na implementação da PDP (por exemplo, a ausência de uma coordenação das compras governamentais de medicamentos tem afetado sua eficácia como um instrumento de consolidação da indústria de fármacos). Se esse instrumento já era importante em um contexto de mercados aquecidos, agora ele ganha relevância em uma conjuntura de crise, marcada por forte contração da demanda.

3.4 AVANÇAR NOS MARCOS REGULATÓRIOS SETORIAIS

Há um conjunto de setores que dependem de regras e marcos regulatórios para investir. A ausência desses marcos conduz à paralisação e posterga-

ção de investimentos. São exemplos mais sensíveis as áreas de petróleo, biotecnologia, nanotecnologia, telecomunicações, portos e aeroportos.

3.5 MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Diagnósticos domésticos e internacionais (*Doing Business, World Economic Forum*) são claros na identificação dos principais problemas que afetam o clima de negócios no Brasil. Vários dos temas foram suficientemente mapeados, pelas mais variadas fontes, tornando supérfluos os problemas metodológicos associados a rankings internacionais. A ação deve ser pragmática: identificar os problemas, delinear as medidas e eleger as prioridades para implanta-

ção, segundo critérios definidos.

Em resumo, uma reflexão sobre o futuro da Política de Desenvolvimento Produtivo aponta para a relevância de uma revisão ampla de suas propostas, uma reformulação das iniciativas em curso e a incorporação de novas ações de modo a configurar uma política industrial articulada de resposta à crise, que mitigue seus efeitos de curto prazo e oriente uma futura retomada do crescimento.

4 contribuições da indústria para uma nova agenda

4.1 DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DA PDP

A PDP inovou ao propor uma articulação institucional com o propósito de mobilizar e comprometer diversas esferas da administração pública federal na formulação e implementação das medidas e instrumentos de política. Essa diretriz, presente desde a elaboração e o lançamento da nova política, não se concretizou ao longo deste primeiro ano de implementação, seja por deficiências do processo de gestão, seja pela desmobilização progressiva dos agentes públicos e privados envolvidos. A trajetória dos fóruns setoriais - alguns não instalados, outros progressivamente esvaziados - reflete esse cenário.

A continuidade e o sucesso da PDP dependem da melhoria do processo

de gestão e da coordenação dos diversos programas e da renovação do compromisso das diversas agências de governo envolvidos. É necessário, portanto, reviver o espírito que estava presente na formulação da PDP.

De modo geral, as ações de natureza sistêmica têm sido implementadas, embora mereçam aprimoramentos e devam ser complementadas e atualizadas, como sugerido anteriormente. Os problemas de gestão e coordenação se manifestaram mais claramente, no entanto, nas ações de natureza seletiva, que não chegaram propriamente a caracterizar programas estruturantes para sistemas produtivos, como previsto.

Nesse caso, é preciso renovar o esforço para implementação desses programas, a partir de uma revisão da proposta original. Essa revisão deve envolver:

- 1 reavaliação de programas que não obtiveram resposta das empresas visadas;**
- 2 revisão da abrangência e a incorporação de novos setores a alguns programas.** Exemplos importantes seriam: o setor de papel, atualmente incluído inadequadamente no “Programa para consolidar e expandir liderança” da indústria de celulose, mas que deveria ser focado como um “Programa para fortalecer a competitividade”; e a inclusão do setor de artigos de higiene no programa relativo ao Complexo Industrial da Saúde;
- 3 redefinição da pauta de programas de modo a focar as questões realmente relevantes do ponto de vista da competitividade.** Um exemplo importante é a disponibilidade e o preço das matérias-primas (nafta, gás, energia) que são cruciais para a competitividade da indústria química mas que não estão contemplados em nenhum dos programas;
- 4 criação de novos programas, considerando inclusive a possibilidade de estruturá-los em torno de projetos mobilizadores.** Alguns exemplos seriam: um programa específico voltado para os componentes eletrônicos, programas tendo como projetos mobilizadores os investimentos do pré-sal e a construção de uma biorrefinaria.

4.2 AÇÕES PROPOSTAS PARA FORTALECER A POLÍTICA INDUSTRIAL

4.2.1 Tributação

- Legislação que viabilize a utilização automática dos créditos do ICMS das empresas exportadoras e que propicie a liberação do estoque de créditos acumulados.
- Agilização da liberação dos créditos de tributos federais gerados na atividade exportadora.
- Legislação que assegure a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores, no caso de isenção ou não-incidência de tributo não associada à exportação.
- Inclusão de outras máquinas e equipamentos utilizados pelos setores contemplados na lista de bens de capital beneficiados pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).
- Revisão da lista de insumos beneficiados pelo *drawback* verde amarelo.

4.2.2 Financiamento

- Aprovação e implementação do cadastro positivo.
- Expansão das linhas de financiamento para capital de giro oferecidas pelos bancos públicos.
- Linha de crédito para fortalecimento de imagem e marca de produtos brasileiros no exterior.
- Linha de financiamento para desenvolvimento e capacitação de mão-de-obra.
- Expansão dos recursos para garantia de crédito às MPEs e equacionamento dos problemas operacionais que têm limitado sua eficácia.

4.2.3 P&D e inovação

- Revisão da subvenção econômica a P&D e inovação com os seguintes objetivos:
 - Ampliação do número de setores priorizados.
 - Simplificação do conteúdo dos editais.
 - Aumento dos prazos previstos nos editais.
 - Participação do setor empresarial nos processos de seleção.
- Desoneração da CIDE/remessas incidente sobre pagamentos de transferência de tecnologia.

5 resumo da PDP

DESAFIOS

- Ampliar capacidade de oferta
- Preservar robustez do Balanço de Pagamentos
- Elevar capacidade de inovação
- Fortalecer MPEs

METAS

Meta	Elevar a taxa de investimento	Elevar o dispêndio privado de P&D	Elevar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais	Aumentar em 10% o número de MPEs exportadoras em 2010, frente a 2006 (11.792)
Indicador	Taxa de investimento, em % do PIB	Dispêndio privado em P&D, em % do PIB	Exportações brasileiras, em % das exportações mundiais	Número de MPEs exportadoras
Meta 2010	21% do PIB	0,65% do PIB	1,25%	12.971
Posição atual	19% do PIB em 2008	0,57% do PIB em 2007	1,19% das exportações mundiais em 2008	11.919 em 2007
Fonte	Contas Nacionais (IBGE)	PINTEC (IBGE) e estimativas MCT	Secex (MDIC)	Secex (MDIC)

POLÍTICA EM 3 NÍVEIS

1. **AÇÕES SISTÊMICAS:** focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva

2. **DESTAQUES ESTRATÉGICOS:** temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo

- Regionalização
- Integração com América Latina e Caribe
- Produção sustentável
- MPEs
- Exportações
- Integração com a África

3. **PROGRAMAS ESTRUTURANTES** para sistemas produtivos:

orientados por objetivos estratégicos tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica

Objetivos estratégicos:

- Liderança mundial: manter ou posicionar sistema produtivo ou empresa brasileira entre 5 players mundiais
- Conquista de Mercados: manter ou posicionar sistema produtivo local entre 5 maiores exportadores mundiais
- Focalização: construir e consolidar competitividade em áreas estratégicas, de alta densidade tecnológica
- Diferenciação: posicionar empresas e marcas brasileiras entre as 5 principais em seu mercado de atuação
- Ampliação do Acesso: ampliar acesso da população a bens e serviços básicos para a qualidade de vida

Programas:

- Programas mobilizadores em áreas estratégicas: Complexo Industrial da Saúde; Energia Nuclear; Complexo Industrial de Defesa; Tecnologias de Informação e Comunicação; Nanotecnologia; Biotecnologia
- Programas para fortalecer a competitividade: Complexo Automotivo; Indústria Naval e Cabotagem; Madeira e Móveis; Biodiesel; Construção Civil; Higiene, Perfumaria e Cosméticos; Plásticos; Complexo de Serviços; Bens de Capital; Couro, Calçados e Artefatos; Têxtil e Confecções; Agroindústrias
- Programas para consolidar e expandir liderança: Aeronáutica; Bioetanol; Mineração; Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; Siderurgia; Celulose; Carnes

INSTRUMENTOS

- **Instrumentos de incentivo:** crédito e financiamento, capital de risco e incentivos fiscais.
- **Poder de compra governamental:** compras da administração direta e de empresas estatais.
- **Instrumentos de regulação:** técnica, sanitária, econômica, concorrencial.
- **Apoio técnico:** certificação e metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial e de recursos humanos, coordenação intragovernamental e articulação com o setor privado.

6 principais medidas da PDP

O quadro lista de forma sintética as medidas da PDP julgadas mais importantes tanto pelos impactos já observados quanto pelos efeitos esperados no longo prazo. A avaliação é preliminar porque não se dispõe até o momento de informações detalhadas da implementação de todas as ações listadas.

* LEGENDA STATUS:

	Prorrogação ou extensão de medida anterior à PDP	Medida transitória e emergencial devido à crise financeira internacional	
	Medida nova e positiva para o setor industrial	Ações com efeitos de longo prazo	

Medida	Avaliação	*
MEDIDAS TRIBUTÁRIAS DE ESTÍMULO AO INVESTIMENTO, À PRODUÇÃO E À INOVAÇÃO		
Prorrogação a partir de janeiro de 2009 do crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL.	Redução da renda tributável nos primeiros quatro anos do ativo. Incentiva o investimento mas é apenas prorrogação de mecanismo que terminaria em 2008.	
Redução do prazo de apropriação de créditos de PIS e Cofins na aquisição de bens de capital de 24 para 12 meses.	Estímulo adicional ao investimento devido à redução do custo financeiro do carregamento dos créditos.	
Eliminação do IOF de 0,38% nas operações de crédito do BNDES, Finame e Finep.	Estímulo adicional ao investimento pela redução da cunha fiscal sobre o crédito das principais fontes de financiamento de longo prazo para capital fixo e P&D.	
Redução de alíquotas do IPI nos setores químico, de plástico, papel, vidro, alumínio, produtos de metal, instrumentos mecânicos e outros.	Melhoria da competitividade de importantes bens intermediários devido ao alívio tributário com efeitos em toda indústria.	
Depreciação imediata de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados às atividades de P&D para efeito de cálculo do IRPJ.	Incentivo à inovação pela redução da tributação sobre a empresa no ano de aquisição. Até então a legislação permitia apenas a depreciação na metade do prazo normal. Restrito a empresas com Lucro Real.	
Permissão para empresas de informática e automação deduzirem, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 160% dos dispêndios em P&D.	Incentivo à inovação pela redução da tributação Restrito a empresas com Lucro Real.	
Ampliação do prazo de pagamento do IPI, PIS/PASEP, COFINS e contribuições previdenciárias.	Medida emergencial e temporária de alívio sobre o fluxo de caixa.	

Medida	Avaliação	*
MEDIDAS FINANCEIRAS DE ESTÍMULO AO INVESTIMENTO, À PRODUÇÃO E À INOVAÇÃO		
Ampliação dos desembolsos do BNDES para indústria e serviços entre 2008 e 2010 de R\$ 210,4 bilhões (capacidade produtiva, inovação e modernização).	Em 2008, os desembolsos com a indústria de transformação e com o setor de serviços foram cerca de 40% superiores a 2007. Mesmo que em 2009 e 2010 sejam iguais ao de 2008, ainda assim eles seriam 12% superiores à meta.	
Redução de 20% no spread básico médio do conjunto de linhas de financiamento do BNDES de 1,4% a.a. para 1,1% a.a. a partir de maio de 2008) e da taxa de intermediação financeira: de 0,8% para 0,5%.	Redução do custo do crédito para investimento.	
Redução de 40% no spread básico (de 1,5% a.a. para 0,9% a.a.) das linhas para comercialização de bens de capital, com, duplicação do prazo do Finame (de 5 para 10 anos).	Redução do custo do crédito para investimento.	
Ampliação da participação máxima de financiamentos de 60% para 80% em diversas linhas de investimento e de 80% para 100% para máquinas e equipamentos e caminhões e ônibus com redução de spread.	Ampliação do volume de crédito para investimento.	
Revisão do Programa de Apoio à Revitalização de Empresas (Revitaliza) para os setores Calçadistas, de Artefatos de Couro, Moveleiro, Têxtil e de Confecções <ul style="list-style-type: none"> • Prazo de contratação das operações entendido de 31/12/2008 para 31/12/2009. • Dotação orçamentária passou de R\$ 3 para R\$ 4 bilhões. 	Redução do custo e ampliação do volume de crédito para investimento em setores de bens de consumo.	
Ampliação do prazo do financiamento de 13 para 24 meses e a vigência do Programa Especial de Crédito (PEC) foi prorrogada até 31/12/2009. O orçamento do programa é de R\$ 6 bilhões.	Redução do custo do crédito para investimento mas é apenas prorrogação de mecanismo que terminaria em junho de 2009. Medida emergencial e temporária.	
A meta total para financiamentos à inovação de R\$ 6 bilhões para 2008/10, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Funtec (Fundo Tecnológico) recurso não reembolsável. • Nova linha Capital Inovador, com apoio a esforços inovativos das empresas e taxa TJLP + 0%. • Nova linha Inovação Tecnológica, com apoio a projetos de P&D e inovação, e taxa de 4,5% a.a.; Outras linhas de crédito específicas à inovação também foram criadas ou ampliadas, como é o caso da Criatec, Engenharia Automotiva, Profarma, Prosoft e ProTVD.	No total, foram desembolsados em 2008 R\$ 573 milhões contra R\$ 316 milhões em 2007. O Funtec obteve aumento no orçamento em 2008 de R\$ 100 milhões para R\$ 400 milhões. As novas linhas e o reforço das já existentes sinalizam para um novo papel do BNDES no financiamento à inovação e, pelo volume, numa ampliação substancial do apoio do governo federal.	
Criação do programa de fundos de investimento pela BNDESPAR, com o objetivo de selecionar oito Fundos de Investimento em Participação (FIPs ou private equity) e duas quotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEEs ou venture capital). O orçamento do programa é de R\$ 1,5 bilhão, com vigência até julho de 2010.	Nova modalidade de financiamento, mais adequada a novos negócios e inovação. Os primeiros três fundos já foram selecionados, e o orçamento é 87,5% superior ao da meta. O programa prevê a criação de dez fundos, dois a mais que o estipulado. Nesse ritmo a meta deverá ser superada até 2010.	

Medida	Avaliação	*
Ampliação do limite de crédito do Cartão BNDES de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil, redução nos juros de 1,13% para 1% ao mês e o prazo de amortização foi ampliado de 36 meses para 48 meses. Inclusão de equipamentos importados ou de baixos índices de nacionalização utilizados por setores autorizados pelo BNDES e que constam da lista de "Ex"-Tarifários.	Redução do custo e ampliação do volume de crédito para MPEs.	
Lançada em dezembro a Linha de Capital de Giro associado a até 30% dos investimentos (inclusive importação).	Medida emergencial e temporária.	
Possibilidade de refinanciamento pelo BNDES, em 2009, de operações com micro, pequenas e médias empresas e ampliação do prazo total das operações de crédito	Medida emergencial e temporária.	
MEDIDAS DE ESTÍMULO AO COMÉRCIO EXTERIOR		
<i>Drawback</i> verde-amarelo: suspensão de pagamento de IPI, PIS e COFINS na compra de insumos nacionais destinados à industrialização de bens a serem exportados.	Elimina a desvantagem dos produtos nacionais frente aos importados decorrente do <i>drawback</i> já existente.	
Redução de 80% para 70% o percentual de exportação exigido para suspensão da PIS/Confins na aquisição de bens de capital no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) e ampliação dos tipos de equipamentos beneficiados pelo Programa.	Ampliação do volume de crédito para exportações.	
Ampliação do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), inclusive o aumento gradual do limite de faturamento das empresas contempladas de R\$ 60 milhões para R\$ 600 milhões.	Ampliação do volume de crédito para exportações.	
Linha de Crédito BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 1 bilhão para investimentos de MPEs voltados para o mercado internacional.	Ampliação do volume de crédito para exportações.	
Fundo de Garantia à Exportação (FGE): acesso aos recursos do Fundo por parte de MPEs com faturamento de até R\$ 60 milhões e exportações de até US\$ 1 milhão.	Ampliação do volume de crédito para exportações.	
Regulamentação de consórcios de exportação de MPEs do Simples.	Redução de custos individuais por empresa para a exportação.	
Conjunto de medidas de padronização e desburocratização das regras de comércio exterior, incluindo tecnologias digitais, ampliação de limites de regimes simplificados, adequação a protocolos internacionais, entre outros.	Redução de custos e prazos para o comércio exterior.	

Medida	Avaliação	*
MEDIDAS SETORIAIS		
Depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do tempo normal para empresas fabricantes de automóveis e autopeças.	Estímulo adicional ao investimento devido à redução do custo financeiro do carregamento dos créditos.	
Depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do tempo normal para bens de capital.	Estímulo adicional ao investimento devido à redução do custo financeiro do carregamento dos créditos.	
Inclusão do setor ferroviário no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) que prevê a suspensão de II, IPI, PIS e COFINS.	Estímulo adicional ao investimento devido à redução do custo financeiro do carregamento dos créditos.	
Suspensão da cobrança de IPI, PIS e COFINS incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de embarcações novas por estaleiros nacionais no Registro Especial Brasileiro para Embarcações (REB).	Estímulo adicional ao investimento devido à redução do custo financeiro do carregamento dos créditos.	
Desoneração da folha de pagamentos para o setor de Software e Tecnologia de Informação.	Melhoria da competitividade de importantes setores de alta tecnologia devido ao alívio tributário.	
Estratégia Nacional de Defesa para assegurar que as necessidades de equipamento das Forças Armadas se apoiem em tecnologias sob domínio nacional, particularmente nos setores espacial, cibernético e nuclear.	Extensão da política industrial para o setor de defesa, efeitos previstos no longo prazo.	...
MEDIDAS DE ESTÍMULO A MPES		
Aperfeiçoamentos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs): <ul style="list-style-type: none"> Inclusão de novas atividades no Simples. Sociedade de Propósito Específico (SPE) inclusive com o intuito de facilitar a inserção no mercado internacional. Simplificação de procedimentos para baixa e constituição de empresas. Microempreendedor Individual (MEI) para faturamento de até R\$ 36 mil. 	Estímulo à formalização e crescimento das MPES devido à desburocratização e alívio tributário. Espera-se trazer para a formalidade cerca de 10 milhões de microempreendedores.	
Lançamento pelo SEBRAE e parceiros (APEX-BRASIL, BB, MDIC, CNI, ABDI, CNC e ITC), do Programa de Internacionalização das MPES.	Já foram iniciadas ações de inteligência e capacitação, efeitos previstos no longo prazo.	...
Ampliação dos limites da Declaração Simplificada de Exportação (DSE) e do Câmbio e Simplificado (US\$ de 20 mil para US\$ 50 mil) e elevação do valor das operações no SISCOMEX, beneficiadas por procedimentos aduaneiros simplificados (de US\$ 150 mil para US\$ 300 mil).	Simplificação das regras de comércio exterior.	
MEDIDAS DE ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Regulamentação da redução do II, IPI, IR IOF e do AFRMM para máquinas, equipamentos, veículos automotores, acessórios, e peças de reposição, matérias-primas; partes, peças, dentre outros incentivos fiscais voltados para o desenvolvimento regional.	Estímulo ao investimento em regiões menos desenvolvidas, efeitos previstos no longo prazo.	...
Redução de 75% do imposto sobre a renda no lucro em projetos de instalação, diversificação e modernização de empreendimentos em setores prioritários para o desenvolvimento regional na Sudam e Sudene, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).	Estímulo ao investimento em regiões menos desenvolvidas, efeitos previstos no longo prazo.	...

7 avaliação da política de desenvolvimento produtivo em setores selecionados da indústria

7.1 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A crise levou à queda no consumo aparente e nas exportações de máquinas e equipamentos. O impacto foi menor no segmento de bens de capital sob encomenda, pois esses já estavam em construção. Ao mesmo tempo, houve crescimento nas importações, sustentado pela forte queda nos preços das máquinas e equipamentos registrada no mercado internacional.

Com relação à implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a avaliação é de que as iniciativas sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são

implementadas mais celeremente e as que envolvem a coordenação de outras instituições caminham lentamente.

Face à crise, medidas como desonerações tributárias pontuais e novas linhas de créditos não são suficientes, porque o problema não é só preço ou financiamento, mas redução de demanda.

A desoneração tributária concedida não compensa as perdas decorrentes dos problemas de ressarcimento de tributos federais e estaduais incidentes em etapas anteriores da cadeia produtiva. Adicionalmente, a escassez do financiamento para capital de giro é outro problema a enfrentar.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) não aumentaram e o setor de bens de capital não é contemplada como área específica nos editais de subvenção da Finep. Os instrumentos públicos de apoio à inovação são pouco ativos para a indústria, na medida em que não se adequam à realidade

da empresa. Estão mais voltados à vivência acadêmica.

As principais propostas do setor são: desoneração tributária, ressarcimento de tributos e incentivos governamentais a uma política de modernização tecnológica que promova a substituição de máquinas e equipamentos.

7.2 HIGIENE, PERFUMARIA E COSMÉTICOS

Os efeitos da crise sobre o mercado de produtos de higiene, perfumaria e cosméticos foi menos intenso. As vendas no mercado doméstico não sofreram alterações significativas, seguindo o comportamento do poder aquisitivo das famílias (fortalecido pela política de reajuste do salário mínimo).

Com relação às exportações, a estimativa é de queda de 20% em 2009, revertendo uma trajetória de expansão média de 17% ao ano desde 2000. Contudo, as perspectivas são de recuperação das vendas externas até o fim do ano.

O processo de elaboração da PDP foi pautado por exaustivo debate, mas o processo de implementação das medidas tem sido pouco eficaz. A principal crítica é a de que não existe um programa estruturante para o setor,

que pleiteia ser incluído no complexo de saúde.

Outro problema relevante do setor é a alta carga tributária: escova dental 41%, pasta dental 37%, sendo de 25% a alíquota do ICMS. Há perdas das MPEs com o Simples em SP (mas não em PR, SC, RS) porque as grandes empresas levam em conta o preço líquido e a MPE não gera créditos do ICMS. Além disso, o crédito tributário do ICMS na exportação não tem sido recebido devido aos inúmeros entraves burocráticos.

O *drawback* verde-amarelo é uma boa iniciativa e tem funcionado. Já o *drawback* estadual em SP não está funcionando. Para o setor, a carga tributária é mais intensa na esfera estadual.

Com relação ao financiamento, o BNDES tem sido um bom parceiro e o

cartão BNDES é um bom instrumento de financiamento. Além disso, está em exame uma linha para fortalecimento de imagem e marca de produtos brasileiros no exterior.

No campo de P&D e inovação, houve avanços importantes como as Rodadas Tecnológicas. Esse projeto, desenvolvidas com o MCT, visa sensibilizar

as universidades para pesquisas relacionadas ao setor e articular parcerias. Registra-se, adicionalmente, que o investimento das empresas em P&D tem crescido.

A principal reivindicação do setor é deixar de ser considerado supérfluo e assim obter uma redução da carga tributária.

7.3 TÊXTIL E CONFECÇÃO

Os efeitos da crise sobre a indústria têxtil foram pronunciados, com destaque para a queda de 40% das exportações (na comparação anual) desde outubro de 2008 e para a perda de 10 mil postos de trabalho nos cinco primeiros meses de 2009.

A PDP não trouxe algo de novo para o setor: trata-se, em boa medida, de ações preexistentes. Se por um lado, a PDP teve o mérito de reunir vários programas e ações dispersos em um conjunto único, com várias frentes, por outro lado, os instrumentos novos não foram transformados em realidade e muito pouco avançou desde o seu anúncio.

A avaliação do setor é a de que os órgãos responsáveis pela PDP deveriam focar em três ou quatro ações prioritárias a serem definidas pelos

setores envolvidos e, a partir daí, desenvolvê-las. Dessa maneira, haveria um importante efeito demonstração, que poderia reverter a percepção dos empresários e dos setores em relação à morosidade na implementação das medidas propostas na PDP.

Com relação ao financiamento, o destaque positivo foi o programa Revitaliza do BNDES, que agora, com a falta de demanda, precisa de ajustes. O Revitaliza vinha funcionando, mas a demanda está paralisada por exigência de investimento quando a maior necessidade é de capital de giro (70% para investimento e apenas 30% para giro). Por conta da incerteza que se abateu nos mercados desde setembro passado, há pouco estímulo ao novo investimento e, por outro

lado, muita necessidade de giro por parte das empresas. Dessa maneira, já foi reiterado várias vezes ao BNDES que invertesse esses percentuais, sem sucesso até o momento.

O Cartão BNDES vem funcionando bem, embora não seja um instrumento novo. Um avanço na PDP foi a ampliação de escopo e de limite, facilitando às MPEs novos investimentos.

Também houve avanços no âmbito dos Empréstimos do Governo Federal (EGF), mecanismo de crédito que financia a compra e estocagem de produtos agrícolas para o setor (algodão, em especial).

Das propostas do setor relativas ao financiamento, duas se destacam: a) aprovação do cadastro positivo; b) ampliação da utilização do Cartão BNDES para incluir o pagamento de impostos.

As Compras Governamentais podem ter papel fundamental para estimular o investimento produtivo, a P&D de novos materiais, produtos de maior valor agregado e geração de emprego e renda. Contudo, não se constatou ações reais nessa área. Permanece ainda o embate de qual seria a melhor forma para a Lei 8.666, que expõe o setor a licitantes que operam com produtos importados (chineses)

como uniformes escolares e militares.

Com relação às questões tributárias, a Lei do Bem tem possibilidades ainda não exploradas por problemas de implementação. Quanto ao *drawback* verde amarelo, os resultados são positivos, mas faltam detalhes de regulamentação e falta incluir os tributos estaduais. Para o crédito não-ressarcido do ICMS para exportação, estima-se, com base em 20 empresas do setor, que eles sejam da ordem de R\$ 2 bilhões.

A guerra fiscal é outro problema do setor, que provoca o deslocamento de plantas de fábricas entre estados da federação. A fragmentação da produção ocorre também para não perder o enquadramento no Simples.

As propostas do setor relativas à tributação são: a) desconsideração do volume de exportação para o enquadramento da empresa nos critérios do Simples; b) desoneração do custo da mão-de-obra para exportação, incluindo os 9,25% da folha de pagamento.

Com relação à inovação, a participação do setor nos editais da Finep é pouco expressiva. A complexidade do processo afasta potenciais empresas candidatas ao recurso. No âmbito tributário, não há medidas que, de fato, estimulem a pesquisa nas empresas.

A manifestação de grandes empresas do setor em relação aos editais de subvenção é de que é preferível arcar com recursos próprios o pagamento dos pesquisadores a buscar ajuda dos instrumentos públicos de apoio à inovação, face ao custo da burocracia associada à obtenção do crédito e da prestação de contas. Já as PMEs não conseguem utilizar, por causa da complexidade dos editais e dos procedimentos previstos.

Houve uma maior publicidade dos editais de subvenção. Contudo, como foi enfatizado junto às entidades responsáveis (Finep, MCT), os editais são extremamente complexos para as MPEs, que formam a grande parte das empresas do setor. Dessa forma, muitas empresas que poderiam ser beneficiadas não são atendidas por conta das exigências e até mesmo pela dificuldade de implementar novos controles.

Nas exportações, por conta do engajamento do MRE, do MDIC e da APEX, houve avanços em relação às negociações internacionais e visitas a novos mercados. As agendas com os EUA, México e Oriente foram levadas a cabo, embora sem resultados expressivos até então. No entanto, vale registrar o apoio neste campo.

A APEX tem um programa de fomento às exportações do setor já consolidado. Algumas ações do MDIC, por meio do Fórum de Competitividade, também merecem ser destacadas. No âmbito da negociação de reciprocidade de compras governamentais, por exemplo, nada avançou de efetivo. As discussões ainda estão internas ao governo (MRE-MDIC-ABDI), sem que tenham surgido resultados objetivos.

De outro lado, embora algumas ações substanciais tenham sido efetuadas no sentido de elevar as exportações, o foco nas MPEs não teve reforço expressivo.

Em linhas gerais, os principais problemas de operacionalização da PDP são:

- multiplicidade de atores envolvidos, abrangência e foco: fazer política industrial para “todos os elos da indústria” e com a participação de vários ministérios e agências de fomento não é tarefa trivial, o que leva ao segundo problema;
- morosidade na implementação de ações: anunciar políticas públicas de peso é muito mais simples do que torná-las reais. Com a PDP não é diferente.

7.4 AUTOPEÇAS

A crise afetou fortemente o setor: no fim do ano, quando as montadoras tinham em estoque veículos para 56 dias de vendas, foram suspensas as compras de autopeças. A esse problema, adicionou-se outro: dificuldades de financiamento. Num segundo momento, com a desoneração do IPI sobre automóveis, os efeitos da crise foram mitigados. O desempenho das exportações, contudo, ainda é preocupante: com queda de 50%, em relação ao mesmo período de 2008.

Quanto à PDP, não houve um programa estruturante para o setor, apenas medidas pontuais.

Na questão do financiamento, o fato mais importante foi a estruturação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) para autopeças. Mas

persistem ainda alguns problemas: a) o BNDES exige garantia de contrato de fornecimento; b) foi dispensada a exigência de Certidão Negativa de Débito (CND), mas permanece requisito relativo ao INSS (constitucional), o que inviabiliza operação para muitas empresas.

No financiamento do Banco do Brasil há problemas de garantias, pois o banco não flexibiliza suas exigências, como o desconto de duplicata. A Nossa Caixa disponibilizou apenas 2% dos recursos anunciados.

Destaque-se ainda a certificação de autopeças importadas, com o objetivo de proteger o setor contra a ação predatória de fabricantes chineses, que está em implementação com participação do Inmetro.

7.5 AUTOMOBILÍSTICA

A queda das vendas para o mercado interno a partir de outubro reflete sobretudo o desaparecimento do crédito. A recuperação recente decorre mais de retorno do crédito do que da desoneração do IPI; por isso o volume

de vendas do setor pode se manter depois de junho.

O setor desenvolveu proposta de uma política industrial para a indústria automobilística que se refletiu na MP do Bem. Há um alto teor de adesão das

empresas do setor à PDP, cujas medidas mais relevantes são de ordem tributária e de financiamento. Das medidas tributárias introduzidas nos últimos meses, a mais importante foi a desoneração do IPI. No financiamento, o Programa de Engenharia Automotiva, do BNDES, voltado para o financiamento de novos projetos da indústria.

O estoque de créditos do ICMS de exportação da indústria é da ordem de R\$ 3 bilhões e não tem aumentado, em decorrência da utilização pelas empresas (sob protesto) das possibilidades abertas pelo Estado de São Paulo: utilização do crédito autorizada quando da realização de investimento. Há pequenos problemas na utilização do PIS/COFINS à exportação.

7.6 INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

A crise provocou uma forte queda das exportações entre outubro e janeiro em decorrência: a) da falta de demanda; b) da queda de preços; e c) do desaparecimento do crédito (Antecipação de Contrato de Câmbio - ACC). A demanda doméstica está crescendo menos. Houve recuperação das vendas a partir de fevereiro (substituição de demanda), mas a produção física

Adicionalmente, o setor propõe um Recof (Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado) simplificado. A proposta é eliminar o imposto sobre produto recolhido (“virtualmente”) a um porto seco, para incorporação a produto destinado à exportação. Há também a sugestão de desoneração da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE/Remessas para o Exterior) sobre remessas de transferência de tecnologia.

Em termos gerais, as propostas do setor são: a) apoiar o desenvolvimento tecnológico, que é prioridade do setor; b) trazer o foco, de volta, ao conjunto de propostas de reformas (micro)econômica, com ênfase na aprovação do cadastro positivo.

só se recuperou em março. A indústria investiu muito nos últimos meses e atualmente apresenta capacidade ociosa de 35%.

Os frigoríficos foram particularmente atingidos, porque realizavam uma expansão internacional estimulada pelo mercado muito favorável e, em decorrência do forte endividamento, foram duramente atingidos pela crise (antes

já haviam ocorrido problemas relacionados à rastreabilidade).

A crise afetou o financiamento das empresas do setor devido aos maiores juros, menores prazos e a exigência maior de garantias. O financiamento para empresas maiores está sendo retomado, mas para as pequenas ainda não.

O setor encontra dificuldades em obter apoio financeiro do BNDES: a) o processo de financiamento é complicado, b) não existe financiamento para capital de giro e c) há problemas na utiliza-

ção do Cartão BNDES, pois os valores são baixos, o processo complexo e demorado e há exigência de garantias.

No tocante às questões tributárias, as alíquotas são muito elevadas, sendo que a de ICMS pode chegar a 18%. A tributação sobre faturamento do setor chega a 37%.

Há problemas associados à substituição tributária do ICMS que prejudica o poder de competição das MPEs e reduz o capital de giro das empresas, além de elevar os custos burocráticos para atendimento das normas.

7.7 PAPEL E CELULOSE

A exportação de celulose recuou fortemente, resultado da fraca demanda mundial, sobretudo da Europa. O mercado interno experimentou queda de mais de 10% no período de janeiro a abril de 2009, frente ao mesmo período de 2008.

Com relação à PDP, o problema básico é o enquadramento do setor: por causa da celulose, o setor como um todo foi enquadrado no “Programa para consolidar e expandir liderança”. O setor de celulose desenvolveu tecnologia própria e é o maior produtor

mundial de celulose de fibra curta e grande exportador.

Mas o setor de papel é apenas o 12º produtor e nele predominam pequenas empresas voltadas para o mercado interno. Nesse sentido, sem política orientada para a sua realidade, dificilmente o setor de papel alcançará a 5º posição, como estabelece a meta. A proposta do setor é enquadrá-lo como um “Programa para fortalecer a competitividade” porque são necessários incentivos específicos dirigidos a esse segmento para compensar

suas menores escalas de produção.

Nas questões tributárias, a principal proposta é a desoneração do investimento para produção de papel. A PDP reuniu um conjunto de medidas que não constituem uma política fiscal. A depreciação acelerada saiu apenas para alguns setores, dentre os quais não estão nem o de papel nem o de celulose. As empresas do setor estão se cadastrando no *drawback* verde amarelo.

No caso dos papéis imunes (para jornal e livros), há uma importação excessiva para usos indevidos. A MP 451

introduziu maior controle, atendendo demanda do setor.

Os créditos do ICMS sobre insumos utilizados nem sempre são realizados. O estado do Paraná, por exemplo, não aceita sua transferência, sendo que o insumo mais importante, a energia elétrica, paga ICMS de 25%. As empresas querem investir US\$ 500 milhões para substituir os dois terços do mercado de papel de jornal que é importado, mas depende do equacionamento da questão da utilização dos créditos. Só no crédito de ICMS de exportação são US\$ 600 milhões acumulados.

São propostas do setor:

- Ampliar a lista de bens de capital beneficiados pelo RECAP para incluir outros equipamentos utilizados pelo setor.
- Reduzir o limite para inclusão no RECAP para 50% do faturamento exportado.
- Incluir o arame (utilizado na embalagem de papel para exportação) na lista de insumos beneficiados pelo *drawback* verde-amarelo.
- Reduzir o imposto de importação sobre o trator florestal que é classificado como veículo e paga II de 35%, embora não tenha produção nacional, apesar de declaração em contrário de empresa que afirma fabricar esse produto.

No tema do financiamento, a principal reivindicação do setor era a redução do spread e já foi atendida pelo BNDES. No momento, o setor trabalha com outras propostas: a) diluição do pagamento da dívida, reduzindo o custo nos primeiros anos de operação; b) regulamentação do Fundo Garantidor, para atender à demanda de seguro contra o risco comercial para vendas no mercado interno e externo; e c) criação de linha de financiamento para desenvolvimento e capacitação de mão-de-obra.

7.8 ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Cerca de 90% das empresas do setor consultadas em sondagem conjuntural declararam ter sentido os efeitos da crise no mercado interno. Os segmentos que não foram afetados são aqueles voltados para a produção de petróleo e gás; geração, transmissão e, em menor grau, distribuição de energia elétrica (investimentos passados desse setor estão gerando encomendas); e infraestrutura de telecomunicações.

Os segmentos voltados para bens de capital industriais (automação, equipamentos), com vendas sob encomenda, tiveram bom desempenho até fevereiro, em virtude de encomendas passadas, mas começaram a ser afetados a partir de março. Já os segmentos de bens de consumo foram bastante afetados: computadores, instalações (vendas para grandes construtores foram mantidas), telefonia celular (queda de 70% em dezembro) e utilidades domésticas. Na linha branca, o impacto foi mitigado pela redução do IPI.

No mercado externo, cujo peso no faturamento é da ordem de 20%, a queda foi de 25%. De modo geral, o setor já exportava pouco, com exceção de telefonia celular, que vem sofrendo intensamente com a crise. Já os inves-

timentos sofreram impacto grave e estão praticamente paralisados.

A PDP foi importante durante a fase de crescimento da economia; a partir de outubro, não foi capaz de impedir a queda dos investimentos no setor. Os investimentos do PAC têm sido mais relevantes, principalmente para o segmento de GTD (Geração, Transmissão e Distribuição de Energia).

Não houve programas estruturantes e alguns segmentos importantes foram ignorados: componentes eletrônicos, notadamente displays, LEDs, semicondutores. Seria importante definir programas para atrair investimentos para esse segmento (que devem estar voltados para mercado externo). O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) não saiu do papel.

O maior problema da PDP têm sido a falta de uma coordenação político-gerecncial, dado que a indústria não tem um interlocutor único e a articulação entre governo e entidades setoriais, prevista inicialmente, não ocorreu. O setor de TICs, por exemplo, até hoje não contou com reuniões permanentes que pudessem acelerar a adoção de medidas já propostas.

No campo das questões tributárias, a mudança mais importante ocorreu quando o segmento de informática foi favorecido pela decisão de permitir que os benefícios fiscais previstos na Lei de Inovação fossem usufruídos por empresas que se beneficiam dos incentivos da Lei de Informática, ainda que permaneça alguma incerteza jurídica. O padrão de investimentos em P&D e inovação poderia ter se elevado, não fossem essas inseguranças jurídicas.

Para algumas medidas, como o *drawback* verde-amarelo, a adesão foi bastante expressiva e pode contribuir para aumentar o número de micro e pequenas empresas exportadoras.

Existem problemas importantes na recuperação do crédito de ICMS para a exportação, sobretudo em relação a telefones celulares. O governo de São Paulo, por exemplo, abriu a possibilidade de utilização associada a investi-

mentos em parques tecnológicos. Com relação ao crédito de tributos federais, há reclamações das empresas quanto à demora.

No caso de P&D e inovação, a avaliação não é positiva. Os editais de subvenção econômica, da forma como são estruturados, estão mais voltados à área acadêmica. Os prazos curtos dificultam a participação das empresas e beneficiam candidatos que tem informação prévia dos editais. As grandes empresas ainda conseguem responder às exigências e prazos do edital, mas as MPEs estão excluídas. De um modo geral, a iniciativa privada não participa da avaliação dos projetos.

Os Fundos setoriais não têm sido utilizados pela área empresarial. Os recursos fluem melhor do que no passado, mas ainda subsiste o desinteresse da indústria, por terem continuamente seus projetos recusados.

7.9 QUÍMICA

Os efeitos da crise sobre o setor são severos. As exportações, responsáveis por 12% da produção do setor, caíram à metade em valor, assim como as importações. Os investimentos previstos antes da crise, da ordem

de US\$ 22 bilhões, são paralisados quando possíveis.

A indústria participou das reuniões com o BNDES antes do lançamento da PDP, mas não existe um fórum da

química em razão das particularidades da cadeia. A participação se dá em fóruns de outros segmentos, tais como: cosméticos, plásticos, biotecnologia, couro e calçados, nos quais as empresas químicas são fornecedores de matérias-primas e insumos.

O trabalho se dá em parceria com as associações setoriais de cada um desses fóruns. Os fóruns exitosos foram aqueles que já existiam, de alguma forma, antes da PDP. Nesses casos, os resultados alcançados decorreram da ação das associações. Esperava-se que os fóruns permitissem acelerar o trabalho e os resultados nesses segmentos, o que não aconteceu.

Constata-se, em alguns fóruns, divergência interna entre os órgãos de governo, notadamente, na regulação de produtos.

Algumas agências, como a APEX e a ABDI, no exercício regular de suas atividades, têm ajudado bastante a exportação e o desenvolvimento da indústria, financiando parcial ou totalmente estudos de mapeamento de cadeia ou feiras e ações de promoção comercial.

Foi realizado pela indústria levantamento sobre matérias-primas, identificando oportunidades de produção interna que poderiam ser incorporadas à PDP.

A principal preocupação do setor é a disponibilidade e o preço de matéria-prima (nafta, gás, energia) e essa preocupação não está contemplada em nenhum fórum e não se espera que haja investimentos em petroquímica se não houver garantia de disponibilidade e preço de matéria-prima.

Outro ponto abordado pelo setor são os problemas de logística. De um lado, não se avança no transporte ferroviário, em decorrência do custo elevado e da preferência das ferrovias pelo transporte de grãos. De outro lado, a legislação estadual e, sobretudo, municipal, tem afetado a circulação de produtos químicos.

Com relação à questão tributária, um problema a se destacar é o acúmulo de créditos. O crédito de ICMS de exportação está acumulado no setor em R\$ 1,5 bilhão. Em relação a tributos federais, no entanto, há apenas problemas pontuais.

Com relação à P&D e inovação, houve aumento de dispêndios a partir de 2004. Diante da crise, a indústria manteve os projetos de inovação incremental mas cortou os de inovação radical. Uma das prioridades para o setor é o desenvolvimento de nanopartículas e nanotecnologia e, por

isso, discute o marco regulatório na área em alguns fóruns específicos, como os de plástico, biotecnologia, e cosméticos.

7.10 QUÍMICA FINA

Os efeitos da crise no setor têm sido diferenciados. No mercado de saúde tem sido menor porque a demanda é inelástica e o impacto maior tem se dado pelo lado do crédito. O mercado de produtos agrícolas foi muito afetado pela escassez de crédito e pela redução dos gastos operacionais dos agricultores, o que provocou a redução do consumo de defensivos. Nos produtos da indústria têxtil, o impacto foi maior em decorrência da queda da demanda.

A maior deficiência da PDP é a falta de projetos de grande porte que sejam mobilizadores de projetos menores. Um exemplo de projeto mobilizador seria o das biorrefinarias. No caso das compras governamentais, que foi eleita pela PDP como mecanismo de alavancagem, se não for articulada a grandes projetos, não terá eficácia. Falta coordenação para aumentar a eficácia das compras governamentais. Os laboratórios oficiais importam, elaboram e vendem os mesmos produtos

Uma proposta aventada é eliminar a incidência da CIDE/Remessas para o Exterior sobre pagamentos por transferência de tecnologia.

para o Estado e essa superposição implica dispersão das compras governamentais, não permitindo maiores escalas e aumento da capacidade de investimento. As compras governamentais, que representam mais de 20% desse mercado, poderiam fomentar maior grau de integração vertical.

Outra deficiência da implementação da PDP é a falta de sintonia dos órgãos governamentais, com relação aos objetivos da PDP. Os principais problemas são de gestão, de efetiva operacionalização das medidas preconizadas.

Outra deficiência da PDP é a adoção de metas abstratas e pouco relevantes, como, por exemplo, a ampliação do número de patentes.

Não existe um sistema de acompanhamento e os indicadores adotados para o acompanhamento são ruins. Não foi implementada a apresentação de relatórios trimestrais de acompanhamento, como previsto.

Dentre os efeitos da PDP para o setor, o principal destaque são os resultados favoráveis nos produtos farmacêuticos, uma vez que foram ampliados os recursos de um programa já existente (Profarma) que é gerido pelo BNDES. Esse foi, no entanto, o único setor com bom desempenho, porque os outros se ressentem da falta de capacidade de gestão dos respectivos programas.

Na área de P&D e inovação, as medidas de financiamento e subvenção a novos investimentos, geridas por BNDES e FINEP, em especial pelo BNDES, são as que conseguiram maior adesão.

Um problema a enfrentar é a ênfase que se dá à invenção e às patentes,

deixando em segundo plano a tecnologia de produção e as metas quantitativas da PDP, como, por exemplo, a redução no ciclo de lançamento de produtos médicos e de novos medicamentos.

Os prazos dos editais dificultam a participação das empresas, notadamente das PMEs. Os prazos são comprimidos, face à demora de aprovação do Orçamento Geral da União (OGU): aguarda-se a sua aprovação para deslançar os processos e definir os prazos. A sugestão do setor é iniciar o processo de elaboração e divulgação dos editais, deixando em suspenso o montante de recursos a ser alocado.

7.11 INDÚSTRIA FERROVIÁRIA

O setor avalia a PDP como positiva. Até o momento, no entanto, poucas são as empresas que estão se beneficiando das vantagens da depreciação contábil acelerada, dos recursos do BNDES, do drawback verde-amarelo e das políticas de inovação tecnológica. A expectativa é de que no futuro haverá um aproveitamento satisfatório dos incentivos da PDP pelas empresas associadas. Tem sido grande o apoio e o interesse dos órgãos gesto-

res da PDP, principalmente do MDIC e da Casa Civil.

Com relação às macrometas da PDP, a avaliação é de que no setor os impactos foram medianos na ampliação do investimento produtivo e dos dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento e muito baixos nas metas ligadas às exportações.

A crise financeira internacional provocou impacto bastante forte no setor

de cargas o que provocou séria retração na produção de vagões e locomotivas, suas partes e peças. No segmento de carros ferroviários de

passageiros não houve impacto negativo. Com relação a investimentos e dispêndios em P&D o impacto foi moderado.

O setor sugere que a PDP seja complementada por duas ações específicas:

- Tornar obrigatória a certificação pelo INMETRO de produtos ferroviários importados, para que sejam confirmadas sua qualidade e desempenho, com o objetivo de proteger o setor de ações predatórias de fabricantes estrangeiros, principalmente chineses e indianos.
- Implementar a depreciação acelerada para os equipamentos ferroviários (vagões, locomotivas e carros de passageiros).

CNI

Unidade de Competitividade Industrial - COMPI

Augusto César da Silva Jucá

Gerente-Executivo

Paulo Mol

Gerente de Estudos e Política Industrial

Unidade de Política Econômica – PEC

Flávio Pinheiro de Castelo Branco

Gerente-Executivo

Equipe técnica

Alexandre Comin

Danilo Cesar C. Garcia

Eduardo Augusto Guimarães (Consultor)

Marcelo de Ávila

Marcelo Souza Azevedo

Mário Sérgio Carraro Teles

Núcleo de Editoração CNI

Produção Editorial

Projeto Gráfico

Adriana Ribeiro

Editoração Gráfica

Alisson Augusto Costa dos Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC

Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

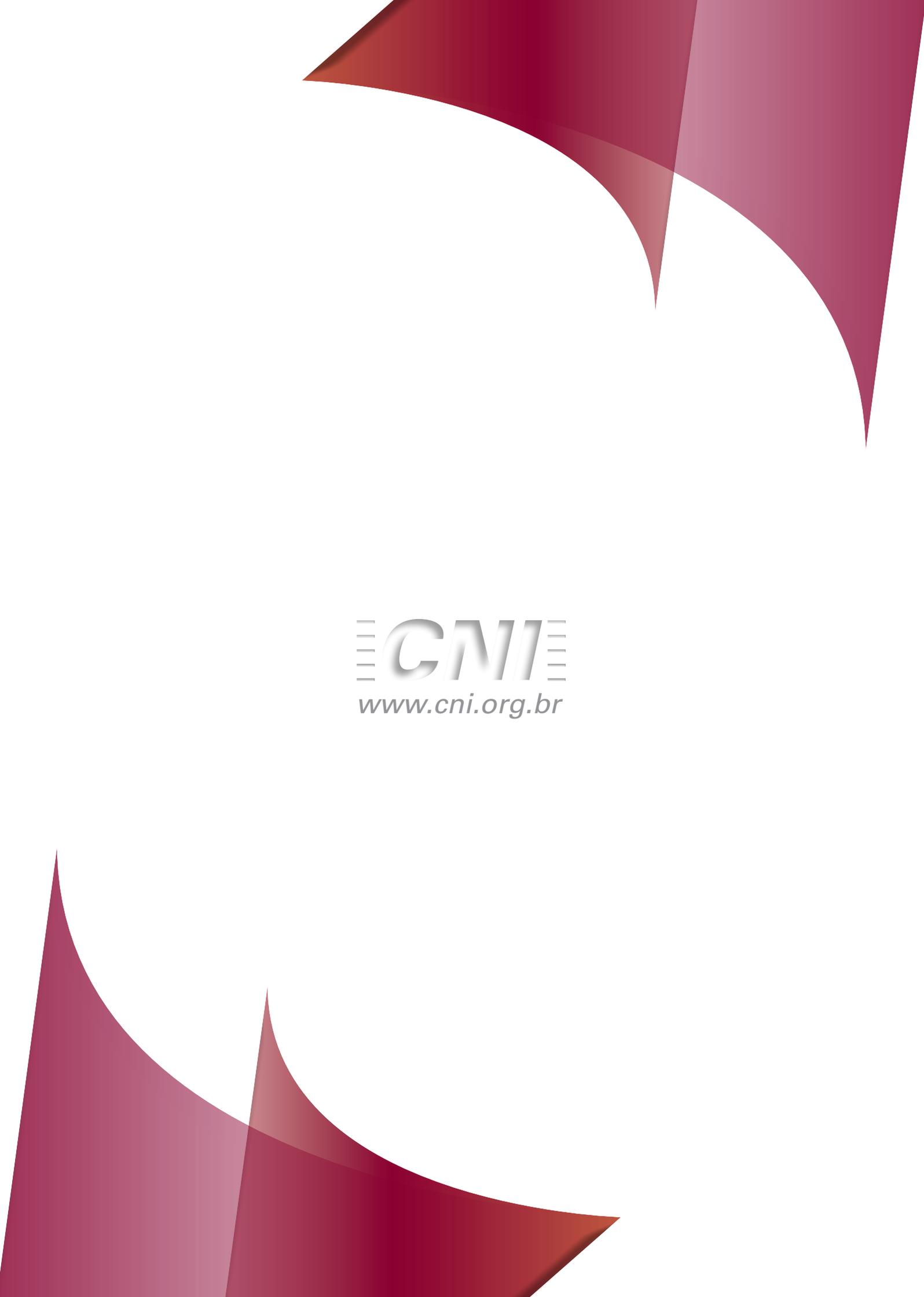
Renata Lima

Normalização

Área Compartilhada de Apoio Administrativo – ACADM

Reprografia

Impressão e acabamento



CNI
www.cni.org.br